



Antonio Teixeira de Barros¹

Nesta edição a revista E-Legis publica o dossiê temático Parlamento, Mídia e Sociedade, cuja apresentação segue após o editorial. Os artigos selecionados para dossiê tratam de várias temáticas relacionados ao tema principal, com o objetivo de promover uma ampla reflexão sobre a conexão cada vez mais estreita entre a política e a mídia, além de maior envolvimento dos cidadãos por meio das mídias sociais.

Além do dossiê, há três artigos de temas livres. No primeiro Antonio Carlos Will Ludwig nos apresenta *Um Programa de Cidadania Para as Escolas do Legislativo. O texto* trata da educação para o exercício da cidadania. Sua finalidade é a de apresentar uma proposta às Escolas do Poder Legislativo quanto a esta educação. Inicialmente é feita uma abordagem sobre as relações entre democracia e cidadania. Na sequência aparecem um histórico sobre a formação para a cidadania em nosso país, o papel destas escolas quanto ao preparo do cidadão e a exposição de um programa de cidadania para elas colocarem em prática. A inferência principal é a de que mesmo levando em conta as limitações e as peculiaridades dessas escolas elas têm a possibilidade de ampliar sua contribuição ao preparo dos jovens para serem cidadãos ativos.

O segundo é assinado por Paulo Roberto Simão Bijos *Avaliação do custo de políticas públicas pelo Congresso Nacional: o caso do programa de sustentação do investimento*. O artigo busca conhecer como o Congresso Nacional avalia o custo de políticas públicas submetidas a sua apreciação. Para alcançar esse objetivo, recorre-se a estudo de caso sobre o Programa de Sustentação do Investimento (PSI). Além de fazer uso de fontes documentais, a pesquisa se utiliza do enfoque institucionalista a fim de avaliar se alterações no padrão de comportamento legislativo podem ser interpretadas à luz de *critical junctures* subjacentes ao período histórico examinado.

O terceiro é de autoria de Langeane Clementina de Souza Salles, Ronaly Cajueiro de Melo da Matta e Weverton Fernandes Bento Alves *Dos reflexos jurídicos do reconhecimento da multiparentalidade em frente ao ordenamento jurídico nacional*. O

texto parte da premissa de que a contemporaneidade é marcada pela possibilidade da existência de inúmeras formas de uniões afetivas, de modo que as discussões acerca da possibilidade da coexistência da paternidade e/ou maternidade socioafetiva decorrentes da multiparentalidade sempre se mostraram controversas. O objetivo é analisar o percurso histórico da evolução do conceito de família, do parentesco e da filiação, bem como estuda as minúcias da família formada pela multiparentalidade com o fito de compreender seu conteúdo. À medida em que se tratará, como objeto específico do presente trabalho, das consequências jurídicas decorrentes do reconhecimento da dupla filiação.

¹ Editor da revista E-Legis.